

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.153 - SP (2019/0011674-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINAS - CAMPREV**
PROCURADOR : **GUILHERME FONSECA TADINI E OUTRO(S) - SP202930**
AGRAVADO : **BENEDITA LAZARA FERREIRA DONNADON**
ADVOGADO : **MAURÍCIO BOSCARIOL GUARDIA - SP160753**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**
PROCURADOR : **HERMÍNIO XAVIER SOARES NETO E OUTRO(S) - SP111092**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 267, VI, DO CPC/1973. ILEGITIMIDADE PASSIVA. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA Nº 280/STF. OFENSA AO ART. 1º, III, DA LEI Nº 9.717/98. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (CAMPREV) em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 148):

APELAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. Pensionista de servidor extranumerário. Pedido de complementação da pensão para pagamento de forma integral. Complementação devida pela Municipalidade. Preliminar de ilegitimidade afastada. Aplicação do art. 40, § 7º, da Constituição Federal. Entendimento do C. STF que determina que a pensão por morte corresponda à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. Inteligência da Lei Orgânica do Município de Campinas e da Lei Municipal nº 1.822/57 que equipara os servidores extranumerários aos servidores públicos. Sentença mantida. Recursos não providos.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados nos termos do acórdão juntado às e-STJ fls. 163/166.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, o recorrente alega:

a) violação ao art. 267, IV, do CPC/1973, ao argumento de que não teria legitimidade para estar no polo passivo da demanda, tendo em vista que o pagamento da complementação das pensões por morte seria de atribuição do Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 5.667/86, não estando referida obrigação nas competências do Instituto recorrente previstas na Lei Complementar Municipal nº 10/04;

b) ofensa ao art. 195, § 5º, da Constituição Federal e ao art. 1º, III, da Lei nº

9.717/98, sustentando que "ainda que a complementação da pensão por morte fosse considerada um benefício previdenciário não poderia o Instituto Municipal de Previdência Social arcar com o deferimento ou o pagamento dessa complementação seja pela ausência de previsão na lei local, seja pela expressa vedação contida no art. 195, § 5º da Constituição e na Lei Federal nº 9.717/98 (artigo 1º, III)" (e-STJ fl. 203), uma vez que vedada a criação, majoração ou extensão de benefício previdenciário sem a correspondente fonte de custeio, bem como a utilização de verba do Fundo Previdenciário (decorrente das contribuições previdenciárias pagas pelos servidores ativos e aposentados) para outros pagamentos que não aqueles previstos em lei.

Sem contrarrazões ao recurso especial.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o argumento de que a análise da controvérsia demandaria a apreciação de legislação local, procedimento vedado em sede de recurso especial, consoante o óbice previsto na Súmula nº 280/STF.

Nas razões do agravo, o agravante impugnou o fundamento da decisão de inadmissibilidade.

Sem contraminuta ao agravo.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente agravo em recurso especial foi interposto na vigência do CPC/1973, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 2: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

Preenchidos os pressupostos recursais do agravo e tendo o agravante impugnado o fundamento da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial.

No que tange a alegada violação ao art. 267, IV, do CPC/1973, verifica-se que o Tribunal de origem firmou a legitimidade passiva da agravante com base nos seguintes fundamentos (e-STF fls. 149/150):

De início, afasta-se a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Instituto de Previdência Social do Município de Campinas CAMPREV.

Conforme bem analisado na r. sentença: Ainda que o ato de concessão de aposentadoria seja da alçada do Prefeito Municipal, é o CAMPREV quem suportará o ônus financeiro, referente à majoração do valor da aposentadoria, no caso de eventual condenação (fls. 79).

Suportando o ônus financeiro decorrente do pagamento pleiteado pela autora, o instituto previdenciário tem legitimidade para figurar no polo passivo da ação.

Rever esse entendimento demandaria, necessariamente, a análise profunda e detida da legislação municipal utilizada pelo próprio recorrente nas razões de seu recurso, procedimento vedado em sede de recurso especial, incidindo, por analogia, o óbice previsto na Súmula nº 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Quanto à suposta ofensa ao art. 1º, III, da Lei nº 9.717/98, nota-se que o Tribunal de origem não enfrentou referida matéria, mesmo após a oposição dos embargos de declaração, o que atrai a incidência da Súmula nº 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."

Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA. EXERCÍCIO FUNCIONAL COMO DIRETOR DE CADEIA PÚBLICA. DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO AFASTADA PELA CORTE DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. CONTROVÉRSIA ENFRENTADA COM BASE EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280 DO STF.

1. Extraí-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.

2. Na via especial, não cabe a análise de tese recursal que demande a interpretação de legislação local, ante o impeditivo descrito na Súmula 280/STF.

3. No caso, as razões declinadas no aresto recorrido demonstram que o Tribunal de origem utilizou a Lei n. 5.406/1969 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais) para decidir a lide. Tal circunstância torna inviável o acolhimento do recurso especial, consoante a aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1665746/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ANISTIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGADA AFRONTA AOS ARTS. 398 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E 962 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 24/08/2018, que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Indenizatória, ajuizada pela parte ora agravante, com o objetivo de obter a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais, em decorrência de perseguição política durante o período militar. Julgada procedente a demanda, recorreram autor e ré, tendo havido o parcial provimento da remessa oficial e a negativa de provimento às Apelações da União e do autor.

III. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, no que tange à tese recursal de violação aos arts. 398 do Código Civil de 2002 e 962 do Código Civil de 1916, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, sequer implicitamente, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Não havendo sido apreciada a questão suscitada nas razões da Apelação, mesmo após a oposição dos Embargos Declaratórios, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação

ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, aos dispositivos apontados como violados, mas não apreciados, tal como ocorreu, na espécie. Precedentes do STJ.

V. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016). No caso, o Tribunal a quo, em vista das circunstâncias fáticas do caso, manteve o quantum, fixado pela sentença, a título de indenização por danos morais, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não se mostrando ele irrisório, ante o quadro fático delineado no acórdão de origem.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1759122/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ademais, para afastar o direito à complementação da pensão por morte também seria necessário o reexame da legislação municipal utilizada pelo Tribunal de origem para manter o benefício, e que foi mencionada pelo próprio recorrente nas razões do especial, incidindo, por analogia, o óbice previsto na Súmula nº 280/STF.

Por fim, importante destacar que o Superior Tribunal de Justiça não é competente para, em sede de recurso especial, manifestar-se sobre suposta violação de dispositivo constitucional sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, ainda que para fins de prequestionamento. Nesse sentido os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA. ACLARATÓRIOS INSERVÍVEIS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

2. Inviáveis os presentes embargos, porque, a pretexto de sanar omissão e contradição, se busca viabilizar indevido reexame da causa, com a atribuição de efeitos infringentes em situação na qual não são cabíveis.

3. O recurso especial não comporta a análise de possível ofensa a dispositivo constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Dá ensejo à aplicação de multa por litigância de má-fé a atitude da embargante de insistir na tese de aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, mencionando como data de publicação do acórdão recorrido a da decisão que inadmitiu o apelo nobre.

5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl no AgInt no AREsp 1161235/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. AÇÃO ANULATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO. ALEGADA OFENSA AO ART. 535, II, DO

CPC/73. INEXISTÊNCIA. QUITAÇÃO DOS DÉBITOS. AUSÊNCIA DE PROVA. REEXAME DO MATERIAL FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. APRECIÇÃO DE ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE, NA VIA DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. A análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Constituição da República, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, conforme pacífica jurisprudência do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1062783/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/05/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator